

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO AMBULATÓRIO CENTRAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL

LEONICE DIAS MACHADO¹; MARIA VICTÓRIA MOTTA DA COSTA²; MIRNA DE
MARTINO²; BRUNA ISLABÃO²; RENATA SILVA E SILVA²; RENATA CRISTINA ROCHA³;

¹Universidade Federal de Pelotas – leonicediasmachado@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mottamariavic@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - mirnadmartino@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - brunamoraes77@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - renata_99@hotmail.com.br

³Universidade Federal de Pelotas - renatatoufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, no Brasil mais de 45,6 milhões de pessoas que declaram ter alguma deficiência, estimado em cerca de 23,9% da população do país, a partir de pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A segunda mais referida pela população foi à deficiência motora: mais de 13,2 milhões de pessoas afirmam ter algum grau do problema, o que equivale a 7% dos brasileiros (5,3 de homens e 8,5 de mulheres). A deficiência motora severa foi declarada por mais de 4,4 milhões de pessoas. Destas, mais de 734,4 mil disseram não conseguir caminhar ou subir escadas de modo algum e mais de 3,6 milhões informaram ter grande dificuldade de locomoção (IBGE, 2010). O ambiente em que as pessoas vivem pode agir como facilitador ou como barreira para o seu desempenho funcional e social, devendo, portanto, ser considerado no processo terapêutico e assim ser considerado como de extrema importância. (GUERZONE et al., 2008, p. 18).

A acessibilidade é uma característica essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços físicos, na informação e comunicação em serviços públicos e privados. (SDPCD)

O conceito de “Desenho Universal”, inicialmente chamado de “Desenho Livre de Barreiras”, por se voltar à eliminação de barreiras arquitetônicas nos projetos de edifícios, equipamentos e áreas urbanas, atualmente passou a considerar não só o projeto, mas principalmente a diversidade humana, de forma a respeitar as diferenças existentes entre as pessoas e a garantir a acessibilidade a todos os componentes do ambiente. (NOVA, 2014)

O ambulatório central da faculdade de medicina da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, realiza atendimentos clínicos de avaliação e tratamento de algumas especialidades.

O objetivo deste trabalho foi avaliar a acessibilidade do ambulatório e descrever ações necessárias para a promoção da acessibilidade comunicacional, atitudinal e estrutural. Sendo a Terapia Ocupacional a profissão que tem como objetivo a recuperação do indivíduo que necessita de cuidados físicos, mentais, senso perceptivos, cognitivos, emocionais e/ou sociais. O propósito é ampliar o desempenho, além de promover, prevenir e desenvolver tratamento e recuperação.

Compete a esse profissional identificar os problemas que interferem na independência do indivíduo e fazer uso da Tecnologia Assistiva como recurso terapêutico, que podem ser configurados como quaisquer produtos, equipamentos, peças ou sistemas utilizados para ampliar, conservar ou aprimorar habilidades de pessoas com limitações funcionais. (COFFITO, 2014)

2. METODOLOGIA

A construção do presente estudo consiste na avaliação da acessibilidade do Ambulatório geral da UFPEL. A proposta foi feita pela professora do projeto de extensão: Acessibilidade e inclusão, com as alunas do curso de Terapia Ocupacional.

Foi realizada uma visita para a avaliação do ambiente. Os materiais utilizados foram uma fita métrica, uma trena e câmera fotográfica para o registro fidedigno dos ambientes. Utilizamos como base o manual da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, no qual normatiza medidas específicas para que o ambiente seja acessível, e assim observamos os itens contemplados no mesmo. Para vivência e registro da real dificuldade encontrada por usuários de cadeira de rodas, fizemos uso da mesma durante a avaliação.

De caráter descritivo observacional, transversal. Análise feita através da captura de imagens e da realização de medidas da estrutura interna e externa da acessibilidade dos ambientes do ambulatório. Os espaços escolhidos para realizar essa análise foram: estacionamento, entradas, recepção, banheiros, circulação e consultórios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível perceber a existência de alguns aspectos relacionados à acessibilidade, porém ainda entendemos a necessidade de adequação às normas da ABNT para acessibilidade de mobiliários e espaços, a fim de promover independência, autonomia e melhorar a qualidade do atendimento. Ressalta-se que além das adequações físicas são necessárias capacitações para os servidores, a fim de que os mesmos entendam a importância de um ambiente funcional e adaptado, possibilitando a acessibilidade.

Ressaltamos algumas adequações necessárias conforme as normas da ABNT na qual orientam que na escada externa todos degraus devem ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante e com acabamento, medindo entre 0,02m e 0,03m de largura. Observamos também a inexistência de sinalização e piso tátil, que deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança. As informações visuais devem seguir premissas de textura, dimensionamento e contraste de cor dos textos e das figuras para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. As informações visuais podem estar associadas aos caracteres em relevo.

Além disso chamamos atenção para o acesso ao balcão de atendimento, onde na parte da superfície deve possuir extensão de no mínimo 0,90m e com altura de no máximo 0,90m do piso. (ABNT, 2004)

A avaliação de acessibilidade realizada demonstrou que um serviço de saúde prestador de assistência à população não facilita o acesso com independência e autonomia de todas as pessoas que necessitam usufruir do atendimento.

4. CONCLUSÕES

A atenção à estas questões, principalmente em um espaço de promoção de saúde, precisam considerar o direito de acesso ao serviço com autonomia, independência e segurança. A Terapia Ocupacional é a profissão que possui em suas atribuições e procedimentos, a avaliação, planejamento e execução dos recursos necessários para atender a estas demandas. O que evidencia a importância da participação deste profissional na elaboração de projetos de construção de espaços públicos e privados, a fim de garantir a acessibilidade universal, de maneira que as barreiras arquitetônicas não dificultem a procura e atenção às necessidades de saúde da população. Nossa ação torna evidente a urgência de adequação da acessibilidade no local, através da demarcação de estacionamento para pessoas com deficiência, adequação da recepção, do piso tátil e banheiros, dentre outros, para garantir inclusão de todas as pessoas e promover qualidade no atendimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Norma Brasileira 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2.ed. Rio de Janeiro, 2004.

COFFITO. **Resolução nº 316/2006 – Dispõe sobre a prática de Atividades de Vida Diária, de Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva pelo Terapeuta Ocupacional e dá outras providências.** 16 de mai 2014.

Acessado em 03 de set. 2018. Online. Disponível em:

<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3074>.

GUERZONI, Vanessa Pio Diniz. et al. Análise das intervenções de terapia ocupacional no desempenho das atividades de vida diária em crianças com paralisia cerebral: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 8, n. 1, p. 17-25, jan/mar 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v8n1/03.pdf>> Acesso em: 25 ago 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 20 ago 2018.

NOVA, Flávio Vila. **CARTILHA DE ACESSIBILIDADE URBANA: UM CAMINHO PARA TODOS.** 2014.

Disponível em: https://www.tce.pe.gov.br/ecotce/docs/cartilha_acessibilidade.pdf. Acesso em: 25 ago 2018.



SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA - SDPCD

Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>.
Acesso em: 28 ago 2018.